

PROCESSO SELETIVO N. 001/2024

RETIFICAÇÃO Nº 002/2024

O Instituto Mato-Grossense da Carne (IMAC), inscrito no CNPJ/MT sob o nº 25.264.440/0001-87, com sede na Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525 – Edifício *Helbor Dual Business Office Corporate* – Salas 701 a 705 – Bairro Alvorada – Cuiabá/MT – CEP 78048-250, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, desvinculado da Administração Pública, **TORNA PÚBLICO** a **RETIFICAÇÃO Nº 002/2024**, que altera itens do **PROCESSO SELETIVO N. 001/2024**, conforme segue:

Art. 1º Fica retificado o **ANEXO I – CRONOGRAMA PREVISTO** do Processo Seletivo Nº 001/2024, que passa a vigorar da seguinte forma:

ANEXO I – CRONOGRAMA PREVISTO

Evento	Datas Previstas
Publicação do Edital.	04/12/2024
Período de inscrição e encaminhamento dos documentos curriculares.	Das 09h00 do dia 05/12/2024 às 23h59 do dia 22/01/2025
Publicação do resultado preliminar das inscrições 1ª Etapa – Análise Documental – Requisitos e da concessão de Condição Especial.	23/01/2025
Abertura de recurso contra o resultado das inscrições 1ª Etapa – Análise Documental – Requisitos e da concessão de Condição Especial.	Das 00h00 do dia 24/01/2025 às 23h59 do dia 26/01/2025
Publicação do resultado definitivo das inscrições 1ª Etapa – Análise Documental – Requisitos e da concessão de Condição Especial.	27/01/2025
Convocação para a 2ª Etapa – Avaliação de Conhecimentos (Prova Objetiva e Prova Discursiva).	28/01/2025
Disponibilização do Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI) com Horário e Local de Provas	29/01/2025
Realização da 2ª Etapa – Avaliação de Conhecimentos (Prova Objetiva e Prova Discursiva – Estudo de Caso/Redação).	02/02/2025
Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva.	03/02/2025
Abertura de recurso contra questões da Prova Objetiva.	Das 00h00 do dia 04/02/2025 às 22h00 do dia 06/02/2025.
Publicação do resultado definitivo do Gabarito, do resultado preliminar da totalização da Prova Objetiva e do resultado preliminar da Prova Discursiva (Estudo de Caso/Redação).	Após 20h00 do dia 12/02/2025
Disponibilização dos espelhos da Folha de Respostas da Prova Objetiva e da correção da Prova Discursiva (Estudo de Caso/Redação).	Após 20h00 do dia 13/02/2025
Abertura de recurso contra a totalização da Prova Objetiva e da correção da Prova Discursiva (Estudo de Caso/Redação).	Das 00h00 do dia 14/02 a 16/02/2025 às 23h59 min.
Publicação do resultado definitivo da totalização da Prova Objetiva e da Prova Discursiva (Estudo de Caso/Redação).	18/02/2025
Publicação do resultado preliminar da 3ª Etapa – Avaliação Curricular.	19/02/2025
Abertura de recurso contra o resultado da 3ª Etapa – Avaliação Curricular.	Das 00h00 do dia 20/02/2025 às 23h59 min do dia 22/02/2025
Publicação do resultado definitivo da 3ª Etapa – Avaliação Curricular.	24/02/2025
Publicação da classificação para convocação da Entrevista Individual por Competências – 4ª Etapa.	25/02/2025
Convocação para 4ª Etapa – Entrevista Individual por Competências.	26/02/2025
Realização da Avaliação do Perfil Comportamental e Profissional (Assessment) somente para cargos de nível superior.	02/03/2025
Realização da 4ª Etapa – Entrevista Individual por Competências.	02/03/2025 Dependendo do número e volume de candidatos a data de Entrevista poderá ser ampliada.
Publicação do resultado Preliminar da Entrevista Individual por Competências – 4ª Etapa	10/03/2024

Abertura de recurso contra o resultado resultado Preliminar da Entrevista Individual por Competências – 4ªEtapa	Das 00h00 do dia 11/03/2025 às 23h59 min do dia 13/03/2025
Publicação do resultado Final da Entrevista Individual por Competências – 4ª Etapa	14/03/2025
Resultado final para fins de Homologação	17/03/2025
Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo	17/03/2025
Este Cronograma tem caráter Orientativo, podendo suas datas sofrer alterações em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério do <i>Instituto Mato-grossense da Carne – IMAC</i> e da empresa <i>EMBRASIL – Desenvolvimento Institucional e de Carreiras</i> . Todos os atos inerentes ao prosseguimento do Processo Seletivo serão objeto de publicação por editais ou avisos publicados no Diário Oficial do Município, nos sites www.embrasilvirtual.com.br e https://imac.agr.br/ .	

Art. 2º Fica retificado o **item 1.2** do Processo Seletivo Nº 001/2024, que passa a vigorar da seguinte forma:

1.2 O Processo Seletivo Simplificado será realizado pela empresa **EMBRASIL – Desenvolvimento Institucional e de Carreiras - LTDA**, encarregado do planejamento, organização, elaboração, aplicação e correção das provas, com fiscalização da Comissão Especial de Seleção e Processo, visando o preenchimento das vagas estabelecidas no quadro do item 3.1.2., durante o respectivo prazo de validade, de acordo com a necessidade e a conveniência do **IMAC**.

Art. 3º Fica retificado o **item 3.1.2** do Processo Seletivo Nº 001/2024, que passa a vigorar da seguinte forma:

3.1.2 A inscrição será efetuada, exclusivamente, nas formas previstas neste Edital, via internet, no endereço eletrônico www.embrasilvirtual.com.br, pelo link correspondente ao **Processo Seletivo Instituto Mato-Grossense da Carne (IMAC), Edital nº 001/2024**, no período compreendido entre 10h00 do dia 04 de dezembro de 2024, às 23h59 do dia **23 de janeiro 2025**, no horário oficial de Cuiaba/MT, conforme Tabela abaixo:

ORD	CARGOS/FUNÇÕES	VAGAS (CADASTRO DE RESERVA)	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTOS/ REMUNERAÇÃO
ENSINO SUPERIOR				
01	Analista Jurídico (44 HS)	CR	44(quarenta e quatro) horas semanais	R\$ 9.252,35
02	Analista Jurídico (22 HS)	CR	22(Vinte e duas) horas semanais	R\$ 4.626,18
03	Analista de Comunicação	02 + CR	44(quarenta e quatro) horas semanais	R\$ 5.310,93
04	Analista Administrativo e Financeiro	01 + CR	44(quarenta e quatro) horas semanais	R\$ 5.310,93
05	Contador (44 HS)	CR	44(quarenta e quatro) horas semanais	R\$ 9.252,35
06	Contador (22 HS)	CR	22(Vinte e Duas) horas semanais	R\$ 4.626,18
07	Analista de Recursos Humanos	CR	44(quarenta e quatro) horas semanais	R\$ 5.310,93
08	Analista de Compras e Licitações	01 + CR	44(quarenta e quatro) horas semanais	R\$ 5.310,93
09	Controller	CR	44(quarenta e quatro) horas semanais	R\$ 9.252,35
10	Analista de Projetos	01 + CR	44(quarenta e quatro) horas semanais	R\$ 5.310,93
11	Analista Patrimônio e Arquivos	CR	44(quarenta e quatro) horas semanais	R\$ 5.310,93
12	Analista de Planejamento, Orçamento e Convênios	01 + CR	44(quarenta e quatro) horas semanais	R\$ 5.310,93

Art. 4º Fica retificado o **item 3.1.4** do Processo Seletivo Nº 001/2024, que passa a vigorar da seguinte forma:

3.1.4 Para se evitar ônus desnecessário, o candidato deverá se orientar no sentido de somente efetuar a inscrição pelo endereço eletrônico www.embrasilvirtual.com.br, após tomar conhecimento do disposto neste Edital e respectivos Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo de interesse.

Art. 5º Fica retificado o **item 3.1.16** do Processo Seletivo Nº 001/2024, que passa a vigorar da seguinte forma:

3.1.16 A confirmação da inscrição válida será disponibilizada aos candidatos no endereço eletrônico do EMBRASIL: www.embrasilvirtual.com.br, juntamente com o resultado da Análise Documental – Requisitos e da Avaliação Curricular, até o dia **22/01/2025**, conforme cronograma constante neste Processo Seletivo.

Art. 6º Fica retificado o item **4.1** do Processo Seletivo Nº 001/2024, que passa a vigorar da seguinte forma:

4.1 Não será enviado, via Correios, o Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI). A data, o horário e o endereço para a realização das provas serão disponibilizados no dia **29/01/2025**, no endereço eletrônico www.embrasilvirtual.com.br.

Art. 7º Fica retificado o item **5.3.7** do Processo Seletivo Nº 001/2024, que passa a vigorar da seguinte forma:

5.3.7 Os candidatos que deixarem de atender aos requisitos de escolaridade e experiência profissional exigidas como obrigatórias nos quadros de vagas conforme item 3.1.2 para o exercício da função estarão automaticamente eliminados deste Processo Seletivo.

Art. 8º Fica retificado o item **5.3.9** do Processo Seletivo Nº 001/2024, que passa a vigorar da seguinte forma:

5.3.9 **Todos os candidatos inscritos deverão enviar**, por *upload*, em formato PDF, conforme especificação definida no subitem **3.1.12** e subitens deste Edital, no período de **04/12/2024 a 23/01/2025**, a **documentação a seguir**, a qual inclui os documentos comprobatórios referentes às **etapas de Análise Documental – Requisitos e de Avaliação Curricular** estabelecidos para os cargos, conforme item 2.1. deste Processo Seletivo.

DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO DA ANÁLISE DOCUMENTAL – REQUISITOS E AVALIAÇÃO CURRICULAR	
DOCUMENTO OBRIGATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DAS ETAPAS	Termo de Autorização de Uso de Imagem (Anexo V).
CURRÍCULO VITAE (CV)	Documento de tipo histórico, deverá relatar a formação acadêmica e as experiências profissionais, como forma de demonstrar as habilidades e competências (modelo do Anexo VI).
REQUISITOS DE FORMAÇÃO (OBRIGATÓRIOS)	✓ Comprovante de conclusão dos cursos: diploma (frente e verso) ou declaração/certificado em que conste a data de conclusão do curso (conforme Anexo VI), expedido por instituição oficial de ensino, devidamente reconhecida e registrada. Serão aceitos somente documentos que constem todos os dados necessários. O documento relacionado a curso realizado no exterior somente será aceito quando reconhecido por instituição educacional brasileira, na forma da lei, acompanhado pela correspondente tradução para a Língua Portuguesa e por tradutor juramentado.
REQUISITOS DE FORMAÇÃO (DESEJÁVEIS)	✓ Certificado ou declaração de conclusão de curso de pós-graduação nível <i>lato ou stricto sensu</i> , sendo o <i>lato sensu</i> de, no mínimo, 360(trezentas e sessenta) horas, emitido por instituição oficial de ensino devidamente reconhecida pelo MEC, somente sendo aceitas certidões ou declarações de instituições nas quais constem todos os dados necessários à perfeita avaliação.
DOCUMENTOS PESSOAIS	✓ Documento de identificação oficial com foto (RG, CNH etc.).
	✓ Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou documento oficial que conste o respectivo número.
	✓ Registro Profissional no órgão fiscalizador de exercício profissional ou órgão de classe competente ou conselho de classe (se tiver).

REQUISITO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (*)	✓ Certificado de Reservista (se do sexo masculino).
	Comprovante de experiência superior a 06(seis) meses, na respectiva área de atuação , podendo ser comprovado por atividades em: a) Empresa ou instituição privada: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo a parte de identificação do candidato e do registro do empregador (com data de início e fim, se for o caso) acrescida de declaração do empregador que informe o período (com data de início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, contendo a descrição das atividades desenvolvidas. Empresa pública, sociedades de economia mista e órgãos públicos: declaração ou certidão de serviço, emitida pela área de pessoal ou de recursos humanos (não havendo órgão de pessoal cursos humanos, a autoridade responsável pela emissão do documento deverá declarar/certificar essa inexistência), que informe o período (com data de início e fim, se for o caso) e a espécie do realizado, contendo a descrição das atividades desenvolvidas, acrescido de documento de publicação do Diário Oficial da União ou Estado. c) Proprietário ou sócio de empresa/instituição privada/serviço prestado como autônomo: cópia do contrato social de empresa em que tenha participação societária, cujo objeto social guarde relação com a experiência requerida para a vaga em que se candidata ou contrato de prestação de serviços ou recibo de pagamento autônomo – RPA. Nesse último caso, com a apresentação do primeiro e do último mês recebido, acrescido de declaração do contratante que informe o período (com data de início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado.
(*) Não serão consideradas como experiência, as atividades de pesquisa, estágio, monitoria, bolsista ou prestação de serviços como voluntário. Experiências superiores a 06(seis) meses devem constar no Currículo <i>Vitae</i> (modelo Anexo VI) uma vez que serão pontuadas na 3ª etapa do processo.	

Art. 9º Fica retificado o **item 5.4.3.6** do Processo Seletivo Nº 001/2024, que passa a vigorar da seguinte forma:

5.4.3.6 A Prova Objetiva será realizada na mesma data e horário da Prova Discursiva, exclusivamente, no dia **02/02/2025**, sendo que a duração total das duas será de **03h00(três horas)**.

Art. 10º Fica retificado o **item 5.6.1** do Processo Seletivo Nº 001/2024, que passa a vigorar da seguinte forma:

5.6.1 Serão convocados para a 4ª Etapa – Entrevista Individual por Competências os primeiros **05 (cinco)** candidatos que obtiverem maior pontuação no somatório das 2ª e 3ª etapas (Avaliação de Conhecimentos – Prova Objetiva + Prova Discursiva + Avaliação Curricular).

Art. 11º Fica retificado os **itens 5.6.16 e 5.6.17** do Processo Seletivo Nº 001/2024, que passa a vigorar da seguinte forma:

5.6.16 A Entrevista Individual por Competências terá pontuação máxima de 30,0 (trinta) pontos, que será somada à nota geral do candidato para a classificação final. Todos os candidatos participantes desta etapa terão sua pontuação computada, independentemente do resultado obtido.

5.6.17 Não haverá eliminação de candidatos com base na pontuação obtida na Entrevista Individual por Competências, sendo esta etapa exclusivamente classificatória

Art. 12º Fica retificado o item 6.1 do Edital do Processo Seletivo Nº 001/2024, com a exclusão do subitem "c)", revogando-se a exigência de pontuação mínima na Entrevista Individual por Competências como critério de eliminação.

Art. 13º Fica retificado o **ANEXO II – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS** do Processo Seletivo Nº 001/2024, nos **CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**, que passa a vigorar da seguinte forma:

CONHECIMENTOS SOBRE O IMAC

Legislações de instituição do IMAC (Lei Estadual nº 10.370/2016 – Decreto Estadual nº 436/2016 – Lei Estadual nº 10.501/2017 – Decreto Estadual nº 865/2017 – Lei Estadual nº 11.076/2020) e suas atualizações. Estatuto do IMAC. Regulamento de Aquisições e Contratações do IMAC. Regulamento de Convênios do IMAC. Lei Estadual nº

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA JURÍDICO: DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Estado, governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios. Direito Administrativo. conceito, fontes e princípios. Normas sobre segurança jurídica e eficiência na aplicação do Direito Público introduzidas pela Lei nº 13655/2008 no Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB). Administração direta e indireta. Órgãos públicos. Entidades do Terceiro Setor. Agentes públicos: disposições constitucionais. Processo Administrativo. Poderes administrativos, Ato administrativo. Serviços públicos. Bens Públicos. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; controle pelos Tribunais de Contas. Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992 e Lei 14.230/2021). Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). Responsabilidade civil do Estado. Intervenção do Estado na Propriedade. Licitação e Contratos (Lei nº 14.133/2021 e suas alterações). Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação. Formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão. PPP — Parceria Público-Privada (Lei Federal nº 11.079/2004). **DIREITO CONSTITUCIONAL:** Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais. Interpretação do texto constitucional. Poder Constituinte: originário, derivado e decorrente. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos; partidos políticos. Organização do Estado. organização político-administrativa: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal; Territórios; intervenção. Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos; militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Organização dos poderes no Estado: Poder Legislativo: estrutura, funcionamento e atribuições; Comissões Parlamentares de Inquérito; Tribunal de Contas do Estado: composição e competência. Processo legislativo; Poder Executivo: Presidente da República: atribuições, prerrogativas e responsabilidades; Ministros de Estado; Conselho da República e de Defesa Nacional. Poder Judiciário: disposições gerais; órgãos do Poder Judiciário: organização e competências; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); funções essenciais à Justiça: Ministério Público: princípios, garantias, vedações, organização e competências; advocacia pública: advocacia e defensoria pública; controle de constitucionalidade: sistemas gerais e sistema brasileiro; controle incidental ou concreto; controle abstrato de constitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão; Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva; controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito estadual. Súmula Vinculante. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Sistema Tributário Nacional: princípios gerais, limitações do poder de tributar, impostos da União, dos Estados e dos Municípios. Ordem social. Habeas corpus. Mandado de segurança. Mandado de injunção. Habeas data. **DIREITO CIVIL:** Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis; conflito das leis no tempo, eficácia da lei no espaço. Pessoas naturais: personalidade, capacidade, direitos da personalidade, ausência. Pessoas jurídicas. Domicílio. Bens: classes. Fato jurídico. Atos jurídicos lícitos e ilícitos, Negócio jurídico. Prescrição e decadência. Prova. Obrigações: características, espécies, transmissão, adimplemento, extinção e inadimplemento. Contratos: disposições gerais, extinção e espécie de contratos regulados no Código Civil Atos unilaterais. Responsabilidade civil. Inquilinato (Lei nº 8.245/1991). Locação: disposições gerais e especiais. Procedimentos: disposições gerais e ação de despejo. Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990): direitos do consumidor. Relação de consumo; direitos básicos do consumidor; responsabilidade pelo fato e por vícios dos produtos e serviços e excludentes de responsabilidade civil nas relações de consumo; prescrição e decadência; práticas comerciais, proteção contratual, prevenção e tratamento do superendividamento e defesa do consumidor em juízo. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). “Lei do distrato” (Lei nº 13.786/2018). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019). Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (Lei nº 14.010/2020). **DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** Lei nº 13.105/2015. Direito intertemporal e aplicabilidade do novo diploma. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil Garantias constitucionais do processo. Autonomia do Direito Processual. Institutos e normas fundamentais do processo civil. Direito Processual Constitucional. Jurisdição dos limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação internacional. Características. Princípios. Espécies. Organização judiciária. Distinção em relação às demais funções do Estado. Competência. Critérios de fixação e de modificação. Conexão. Continência. Prevenção. Funções essenciais à Justiça. Magistratura. Impedimento e suspeição. Advocacia

Pública e Privada. Defensoria Pública. Assistência judiciária. Ministério Público. Do juiz e dos auxiliares da justiça. Deveres das partes e dos procuradores. Atos atentatórios à dignidade da justiça. Responsabilidade por dano processual. Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas. Sucessão das partes e dos procuradores. Ação. Conceito e natureza. Condições da ação. Momento e técnica da aferição de sua presença. Elementos da ação. Ação e tutela jurisdicional. Cumulação da ação. Classificação da tutela jurisdicional. Processo. Conceito e natureza. Espécies. Pressupostos processuais. Procedimento. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Dos pronunciamentos do órgão jurisdicional. Regime de invalidades processuais. Prazos processuais. Preclusões Comunicação dos atos processuais. Atos processuais eletrônicos. Da citação e das intimações. Modalidades e efeitos. Partes e terceiros no processo civil. Conceitos. Litisconsórcio. Modalidades de intervenção de terceiros. Tutela Provisória de Urgência e de Evidência. Modalidades. Poder Geral de Cautela. Procedimento comum. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. Hipóteses. Petição inicial. Requisitos e defeitos. À fixação do valor da causa e as formas de sua impugnação. Juízo de admissibilidade da demanda e seus efeitos. Indeferimento da petição inicial. Audiência de conciliação ou de mediação. Resposta do réu. Contestação e reconvenção. Defesa direta e indireta. Questões prévias e de mérito. Revelia. Providências preliminares e do saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Objeto, fonte e meios. Prova atípica e prova ilícita. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção. Audiência de instrução e julgamento. Sentença. Elementos, conteúdo e efeitos. Vícios das sentenças. Coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Relativização da coisa julgada. Julgamento liminar de improcedência. Remessa necessária. Recursos. Juízo de admissibilidade. Efeitos. Teoria geral dos recursos. Apelação. Agravo de Instrumento e Agravo Interno. Embargos de declaração. Técnica de julgamento para superação de divergência. Dos recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. Embargos de divergência. Pedido de suspensão de liminares e de sentenças. Lei nº 8.437/1992 e Lei nº 12.016/2009, Controle de constitucionalidade das leis e atos normativos. Modalidades. Declaração de inconstitucionalidade. Lei nº 9.868/1999. Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade. Recursos aos tribunais superiores. Cabimento. Procedimento. Efeitos. Precedentes judiciais. Mecanismos de valorização. Súmulas Vinculantes. Do Incidente de Assunção de Competência. Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Da Reclamação. Da Homologação de Decisão Estrangeira e da Concessão de Exequatur à Carta Rogatória. Ação rescisória e outras demandas autônomas de impugnação. Remédios de tutela em face do Poder Público. Mandado de segurança. Mandado de Injunção. Ação Popular. Habeas Data. Ação Civil Pública. Ação de Improbidade Administrativa. Tutela dos interesses transindividuais. Conceito. Espécies. Mecanismos processuais e respectivos procedimentos. Execução. Características. Classificações, Pressupostos. Competência. Responsabilidade patrimonial. Título executivo: espécies e requisitos. O termo de ajustamento de conduta. Liquidação. Cumprimento de sentença para pagamento de quantia, para execução de obrigação de fazer, não fazer e dar coisa certa e incerta. Procedimento. Peculiaridades. Efetivação da tutela específica ou obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente. Meios de sub-rogação e de coerção. Lei n.º 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), Lei n.º 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), Lei n.º 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro), Lei n.º 13.123/2015 (Biodiversidade), Decreto n.º 6.514/2008, Lei Complementar Estadual n.º 38/1995 (Política Estadual do Meio Ambiente), Lei n.º 10.431/2016 (Cadastro Ambiental Rural - CAR), Decreto Estadual n.º 1.031/2017, Lei Estadual n.º 8.547/2006 (Proteção ao Pantanal Mato-Grossense).

ANALISTA ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: Gestão administrativa e financeira. Gestão de investimentos e mercado de capitais. Gestão tributária. boas práticas de gestão de contratos e convênios. Conformidade, compliance e auditoria vinculadas à gestão financeira, contratos, convênios e licitações. Utilização de ferramentas ERP. Cadastro de contrato e convênios, pagamentos e repasse de recursos. Execução orçamentária e financeira. Projetos, parcerias e convênios. Cadastro de gestão de contratos. Elaboração de relatórios, dashboards, pareceres, controles. Gestão de contratos e convênios, contemplando-se o cadastro e análise de conformidade garantias contratuais, regularidade fiscal, pagamentos e liberação de parcelas de convênios. Gestão de suprimentos contemplando elaboração de editais, acompanhamento. Planejamento Estratégico e Orçamentário. Regulamento de Aquisições e Contratações do IMAC. Regulamento de Convênios do IMAC. **NOÇÕES DE DIREITO:** DIREITO ADMINISTRATIVO: Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Desconcentração. Princípios expressos e implícitos da administração pública. Órgãos públicos. Agentes públicos. Poderes administrativos. Ato administrativo. Licitação e Contratos. Lei nº 14.133/2021. Controle da Administração Pública. Improbidade Administrativa. Responsabilidade Civil. Bens Públicos. DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos,

direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos e partidos políticos. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios. Administração pública: disposições gerais.

DIREITO CIVIL: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis. Conflito das leis no tempo. Eficácia da lei no espaço. Pessoas naturais. Personalidade. Capacidade. Nome. Estado. Domicílio. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas. Disposições gerais. Domicílio. Associações e fundações. Bens. Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** Lei nº 13.105 de 2015 (Novo Código de Processo Civil). Princípios do processo. Princípio do devido processo legal. Princípios do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural. Pressupostos processuais. Jurisdição. Princípio da inércia. Ação. Condições da ação. Elementos da ação. Classificação. 3. Da Cooperação Internacional. Disposições gerais. Do auxílio direto. Da carta rogatória. Da Competência. Disposições gerais.

CONTADOR: Contabilidade Geral: Princípios e normas brasileiras de contabilidade (NBC TG); normas internacionais de contabilidade (IFRS); elaboração e análise de demonstrações financeiras; escrituração contábil. Contabilidade Gerencial e de Custos: Métodos de custeio (absorção, variável, ABC); formação de preços com base em custos diretos e indiretos; apuração de indicadores econômicos. Legislação Tributária: Apuração de tributos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS, ISS); obrigações acessórias (DIRF, DCTF, SPED). Auditoria Contábil: Procedimentos de auditoria; identificação e mitigação de não conformidades; relatórios de auditoria. Sistemas Contábeis: Utilização de softwares contábeis; controle de ativos imobilizados; conciliação contábil. Noções de Legislação: Lei nº 4.320/1964 (Normas de Direito Financeiro); Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). **NOÇÕES DE DIREITO:** **DIREITO ADMINISTRATIVO:** Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Desconcentração. Princípios expressos e implícitos da administração pública. Órgãos públicos. Agentes públicos. Poderes administrativos. Ato administrativo. Licitação e Contratos. Lei nº 14.133/2021. Controle da Administração Pública. Improbidade Administrativa. Responsabilidade Civil. Bens Públicos. **DIREITO CONSTITUCIONAL:** Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos e partidos políticos. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios. Administração pública: disposições gerais. **DIREITO CIVIL:** Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis. Conflito das leis no tempo. Eficácia da lei no espaço. Pessoas naturais. Personalidade. Capacidade. Nome. Estado. Domicílio. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas. Disposições gerais. Domicílio. Associações e fundações. Bens. Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** Lei nº 13.105 de 2015 (Novo Código de Processo Civil). Princípios do processo. Princípio do devido processo legal. Princípios do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural. Pressupostos processuais. Jurisdição. Princípio da inércia. Ação. Condições da ação. Elementos da ação. Classificação. 3. Da Cooperação Internacional. Disposições gerais. Do auxílio direto. Da carta rogatória. Da Competência. Disposições gerais.

ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS: Subsistemas de Recursos Humanos: Provisão de recursos humanos (Recrutamento e Seleção). Aplicação de pessoas (Avaliação de Pessoas – Progressão, Promoção). Manutenção de pessoas (Clima Organizacional, Remuneração e Benefícios). Desenvolvimento de Pessoas e Monitoramento de Pessoas (Treinamento e Desenvolvimento). Análise e avaliação de Currículo. Aplicação de entrevistas de seleção e demissionais. Aplicação e mensuração de Clima Organizacional. Indicadores de RH. Noções básicas de Legislação Trabalhista (CLT). Noções básicas de compras. Elaboração de Especificações e referências para aquisições. **NOÇÕES DE DIREITO:** **DIREITO ADMINISTRATIVO:** Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Desconcentração. Princípios expressos e implícitos da administração pública. Órgãos públicos. Agentes públicos. Poderes administrativos. Ato administrativo. Licitação e Contratos. Lei nº 14.133/2021. Controle da Administração Pública. Improbidade Administrativa. Responsabilidade Civil. Bens Públicos. **DIREITO CONSTITUCIONAL:** Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos e partidos políticos. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios. Administração pública: disposições gerais. **DIREITO CIVIL:** Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis. Conflito das leis no tempo. Eficácia da lei no espaço. Pessoas naturais. Personalidade. Capacidade. Nome. Estado. Domicílio. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas.

Disposições gerais. Domicílio. Associações e fundações. Bens. Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Lei nº 13.105 de 2015 (Novo Código de Processo Civil). Princípios do processo. Princípio do devido processo legal. Princípios do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural. Pressupostos processuais. Jurisdição. Princípio da inércia. Ação. Condições da ação. Elementos da ação. Classificação. 3. Da Cooperação Internacional. Disposições gerais. Do auxílio direto. Da carta rogatória. Da Competência. Disposições gerais.

ANALISTA DE COMPRAS E LICITAÇÕES: Noções de rotinas administrativas. Gestão de documentos. Elaboração de editais. Elaboração de Termos de Referência. Aquisições. Regulamento de Aquisições e Contratações do IMAC. Noções sobre acórdãos e jurisprudências. Comissão de Licitação e respectivos processos. Recursos: o que é e como responder. Atitudes no trabalho. Negociação. Resolutividade e flexibilidade. Práticas de Administração de Conflitos. Trabalho em equipe. Relacionamento interpessoal. NOÇÕES DE DIREITO: DIREITO ADMINISTRATIVO: Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Desconcentração. Princípios expressos e implícitos da administração pública. Órgãos públicos. Agentes públicos. Poderes administrativos. Ato administrativo. Licitação e Contratos. Lei nº 14.133/2021. Controle da Administração Pública. Improbidade Administrativa. Responsabilidade Civil. Bens Públicos. DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos e partidos políticos. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios. Administração pública: disposições gerais. DIREITO CIVIL: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis. Conflito das leis no tempo. Eficácia da lei no espaço. Pessoas naturais. Personalidade. Capacidade. Nome. Estado. Domicílio. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas. Disposições gerais. Domicílio. Associações e fundações. Bens. Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Lei nº 13.105 de 2015 (Novo Código de Processo Civil). Princípios do processo. Princípio do devido processo legal. Princípios do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural. Pressupostos processuais. Jurisdição. Princípio da inércia. Ação. Condições da ação. Elementos da ação. Classificação. 3. Da Cooperação Internacional. Disposições gerais. Do auxílio direto. Da carta rogatória. Da Competência. Disposições gerais.

CONTROLLER: Planejamento Estratégico: Elaboração e controle do Planejamento Estratégico; monitoramento e análise de Indicadores de Desempenho (KPIs); análise crítica de Demonstrativos de Resultados (DRE). Controle Orçamentário: Orçamento Anual de Receitas, Despesas e Resultados Operacionais; controle de custos e despesas; análise comparativa do realizado versus projetado. Auditoria e Compliance: Auditorias internas e externas; metodologias de controle de riscos; conformidade com legislações tributárias e fiscais; programas anticorrupção e governança corporativa. Matemática Financeira: Cálculo de juros compostos e simples; análise de investimentos e viabilidade econômica; projeções de fluxo de caixa. Sistemas de Gestão e Tecnologia: Uso de sistemas ERP (Enterprise Resource Planning); automação e integração de dados financeiros e contábeis. Noções de Legislação: Lei nº 4.320/1964. NOÇÕES DE DIREITO: DIREITO ADMINISTRATIVO: Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Desconcentração. Princípios expressos e implícitos da administração pública. Órgãos públicos. Agentes públicos. Poderes administrativos. Ato administrativo. Licitação e Contratos. Lei nº 14.133/2021. Controle da Administração Pública. Improbidade Administrativa. Responsabilidade Civil. Bens Públicos. DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos e partidos políticos. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios. Administração pública: disposições gerais.

DIREITO CIVIL: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis. Conflito das leis no tempo. Eficácia da lei no espaço. Pessoas naturais. Personalidade. Capacidade. Nome. Estado. Domicílio. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas. Disposições gerais. Domicílio. Associações e fundações. Bens. Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Lei nº 13.105 de 2015 (Novo Código de Processo Civil). Princípios do processo. Princípio do devido processo legal. Princípios do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural. Pressupostos processuais. Jurisdição. Princípio da inércia. Ação. Condições da ação. Elementos da ação. Classificação. 3. Da Cooperação Internacional. Disposições gerais. Do auxílio direto. Da carta rogatória. Da Competência. Disposições gerais.

ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONVÊNIOS: Gestão de Convênios e Contratos: Conceitos gerais; elaboração, análise e acompanhamento de convênios e contratos administrativos; instrumentos congêneres; execução e encerramento de convênios. Elaboração de Projetos: Estruturação de projetos de captação de recursos; definição de objetivos, metas e indicadores; análise de viabilidade técnica, econômica e financeira; compatibilidade com planos institucionais e normativos legais. Legislação Aplicada: Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos); Decreto nº 10.540/2020 (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv); instruções normativas relacionadas. Execução e Fiscalização: Monitoramento da execução de convênios; auditorias e elaboração de relatórios técnicos; identificação e mitigação de não conformidades. Prestação de Contas: Elaboração de relatórios financeiros e físicos; análise de metas e resultados pactuados; apresentação de justificativas e comprovações documentais. Orçamento Público: Planejamento e execução orçamentária; compatibilidade entre recursos captados e orçamento institucional. Indicadores e Ferramentas de Gestão: Utilização de sistemas informatizados de gestão de convênios (Plataforma Mais Brasil - Siconv); análise de dados e indicadores de desempenho. Noções de Licitações e Contratos: Modalidades de licitação; processos de contratação relacionados aos convênios; responsabilidades legais das partes envolvidas. Controle Interno: Normas e práticas de controle interno; medidas de transparência e responsabilidade fiscal. **NOÇÕES DE DIREITO: DIREITO ADMINISTRATIVO:** Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Desconcentração. Princípios expressos e implícitos da administração pública. Órgãos públicos. Agentes públicos. Poderes administrativos. Ato administrativo. Licitação e Contratos. Lei nº 14.133/2021. Controle da Administração Pública. Improbidade Administrativa. Responsabilidade Civil. Bens Públicos. **DIREITO CONSTITUCIONAL:** Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos e partidos políticos. Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios. Administração pública: disposições gerais. **DIREITO CIVIL:** Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis. Conflito das leis no tempo. Eficácia da lei no espaço. Pessoas naturais. Personalidade. Capacidade. Nome. Estado. Domicílio. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas. Disposições gerais. Domicílio. Associações e fundações. Bens. Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** Lei nº 13.105 de 2015 (Novo Código de Processo Civil). Princípios do processo. Princípio do devido processo legal. Princípios do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural. Pressupostos processuais. Jurisdição. Princípio da inércia. Ação. Condições da ação. Elementos da ação. Classificação. 3. Da Cooperação Internacional. Disposições gerais. Do auxílio direto. Da carta rogatória. Da Competência. Disposições gerais.

Art. 14º – Fica estipulado o prazo de 3 dias corridos, após publicação desta retificação, para impugnação do edital.

Art. 15º Revogadas as disposições em contrário, os demais itens permanecem inalterados.

Art. 16º O presente Edital de retificação será publicado no diário eletrônico e nos sites www.embrasilvirtual.com.br e <https://imac.agr.br/>.

Cuiabá/MT, 06 de janeiro de 2024.

Henrique Prado Ovídio de Miranda
Diretor de Administração e Finanças Instituto Mato-grossense da Carne – IMAC

Paula Sodré Queiróz
DIRETORA EXECUTIVA - Instituto Mato-Grossense da Carne (IMAC)